

XENOFOBISMO E RACISMO NO FAZER-SE DE UMA CLASSE: TRABALHADORES ESCRAVIZADOS, LIBERTOS E LIVRES; NACIONAIS E ESTRANGEIRO, NO RIO DE JANEIRO. 1870-1888.

Lucimar Felisberto dos Santos ¹

Uma nova forma de relação precipitava e ganhava contornos ainda difusos na capital do Império do Brasil nos há muitos idos anos 1870/80. Foram anos nos quais trabalhadores que atuavam na capital imperial organizavam -- coletiva e mais contundentemente -- formas alternativas de reagirem a políticas públicas orientadas por medidas legislativas voltadas para a disciplinarização e controle do conjunto de suas categorias.² Naqueles anos, tal movimento se intensificava tendo em vista o enunciado fim da escravidão.³ Também a específicas mudanças que vinham ocorrendo em termos ainda mais amplos – econômica e politicamente falando.⁴ Obviamente, não se tratava de um movimento isolado. Não só os homens e as mulheres ocupados nos diversos setores de produção na cidade do Rio de Janeiro sentiram a necessidade de associarem-se, identificando interesses comuns no tipo de experiências de trabalho que vivenciavam.⁵ E também não foram somente os socialmente percebidos como brancos e os livres.⁶ Em resposta ao processo de formação de um mercado de trabalho livre e assalariado, regulado em termos liberais e capitalistas, em diferentes contextos e

¹Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestra em História pela Universidade Federal Fluminense; Doutoranda em História na Universidade Federal da Bahia. Contato: lucrioularj@ig.com.br

² Sobre como a legislação trabalhista imperial (no que se incluem as abolicionistas em aspectos específicos), ao longo do século XIX, buscou cumprir a função de transformar a relação de trabalho sob o sistema de domínio escravista (de escravizados e livres) numa relação regulada nos termos liberais e capitalista ver, principalmente, GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense. 1986, sobretudo o capítulo 2; e LIMA, Henrique Espada. Trabalho e lei para os libertos na Ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contrato entre a autonomia e a domesticidade. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009, p. 135-177.

³ Como o sabemos, muito embora o governo imperial brasileiro tivesse se comprometido com o fim do cativo nas primeiras décadas do século XIX, e tivesse para isto primeiramente combatido o tráfico transatlântico de escravos africanos, foi somente na década de 1870, mais especificamente com a Lei 2040 de 28 de setembro de 1871, que a escravidão teve o seu fim definitivo declarado. Ver CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

⁴ Ver COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 8º Ed. Revista e ampliada. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007, especialmente os capítulos 3 e 10.

⁵ Sobre associações formadas no Brasil e no Rio de Janeiro no período, ver: JESUS, Ronaldo Pereira de. *Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889)*. *Locus: Revista de História. Juiz de Fora*, v. 13 n. 1. Jan. – jun. 2007; e BATALHA, Claudio H. M. *Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da Casse Operária*. *Caderno AEL*, v. 6, n. 10/11, 1999, p. 41-67.

⁶ Ver CHALHOUB, Sidney. *Solidariedade e Liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX*. In: CUNHA, Olivia Maria Gomes da & GOMES, Flavio dos Santos, org., *Quase Cidadãos: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*, Rio de Janeiro, FGV Editora, 2007, pp.219-237.



capitaneados por trabalhadores diversos em suas condições sociais, foram ensaiados modelos de organização do mundo do trabalho que se transformava só possíveis porque aqueles indivíduos perceberam que assim poderiam tornar mais eficazes as ações com as quais pretendiam conter àquelas políticas.⁷

O que significa argumentar que, no contexto das mudanças que ocorriam nas relações de trabalho no Brasil, em geral, e no Rio de Janeiro, em particular, desde o tempo destacado, a criação de formas associativas – independentemente do critério de adesão, de sua função social, ou mesmo da delimitação da categoria de seus membros – pode ser considerada um registro que denuncia, precipitadamente, os momentos iniciais do fenômeno histórico sugerido – a formação de uma Classe Trabalhadora, no singular.⁸ Ou pelo menos uma especificidade que naquela conjuntura a ele foi inerente. Todo esse processo pode ser resgatado e explicado de um ponto de vista holístico, mas o exame mais rigoroso de suas diferentes dimensões colabora na construção de versões ainda mais nítidas de como as coisas se deram em seu interior e/ou em diferentes contextos .

Além disso, malgrado essa suntuosa explicação histórica, o conjunto dos historiadores nela envolvidos, no qual me inscrevo, reconhece que ainda é necessário não só entender aspectos deste processo multifacetado como os processos que o constitui. Sobretudo do ponto de vista da identidade de interesses daqueles homens e mulheres nos casos em que eles eram tão diferenciados em termos sociais e raciais.⁹ É este exatamente o caso do Rio de Janeiro dos tempos em que se encerra este trabalho (vide quadros I e II). Naquela época e não só naquele lugar, como já o sabemos, trabalhadores escravizados, libertos e livres; brancos, pardos e pretos (e ainda outras tantas categorias raciais);¹⁰ nacionais e estrangeiros compartilhavam as mais distintas experiências de trabalho.¹¹ Em muitos dos casos ocuparam os mesmos postos de trabalho. Entretanto, por serem também aqueles os últimos anos de vigência da escravidão – e por ser este um fato, à época,

⁷ Conforme argumentos de HOBSBAWN, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra 2000.

⁸ Foi, principalmente, Edward Palmer Thompson, no seu estudo sobre a formação da Classe Operária Inglesa, que contribuiu por colocar esta perspectiva no horizonte de nossa análise. Argumentando que “a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica”; relação esta que precisa estar “sempre encarnada em pessoas e contextos reais”. THOMPSON, E. P. *A formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade* (4ª Ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, introdução.

⁹ Idem, p 10.

¹⁰ Na documentação do período, identificamos fulas, morenos, acablocados, pardos escuros, pardos claro, cabras, entre outras.

¹¹ Ver MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008; e SANTOS, Lucimar Felisberto dos. *Africanos e crioulos, nacionais e estrangeiros: o mundo do trabalho no Rio de Janeiro nas décadas finais dos oitocentos*. In: Mariza Soares de Carvalho e Nielson Rosa Bezerra (Org.). *Escravidão Africana no Recôncavo da Guanabara Séc. XVII - XIX*. Niterói: Editora da UFF, 2011, pp. 101-129.



amplamente percebido e vivenciado por todos os setores sociais como um problema histórico a ser superado –, são momentos decisivos no que respeita a possibilidade, ou não, de horizontalização das solidariedades envolvendo as diversas categorias sociais de trabalhadores.¹² É este o tema deste trabalho.

Por ter em minhas pesquisas me deparado com uma pendenga envolvendo “Os artistas chapeleiros” escolhi adentrar as experiências de trabalho envolvendo disputas entre os membros desta categoria de trabalhadores. Uma pendenga intraclassista, portanto. O primeiro diálogo entre o conteúdo daquela discussão, os dados estatísticos sobre a composição social dos que se ocupavam com a fabricação de chapéus no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, e os estudos sobre o tema revelou o qual promissora seria a reflexão: pela possibilidade de conhecer aspectos de um problema mais amplo. No limite, revelou, também, a possibilidade de empreender um estudo no âmbito da chave teórica escravidão e liberdade. Assim, desviei o percurso de minha pesquisa principal. Menos com o objetivo de recuperar um provável protagonismo em um movimento associativista envolvendo os membros desta categoria ocupacional – como foi, por exemplo, o caso ocorrido em Portugal onde eles foram percebidos mesmo como uma “aristocracia operária” –,¹³ do que pela possibilidade concreta, surgida com a leitura do documento, de analisar os prováveis efeitos de duas das ideologias que informavam o imaginário social enquanto ocorriam as propaladas transformações naquelas relações de trabalho.

Uma hipótese foi formulada para guiar a pesquisa e – com intuito de demonstrar que na constituição da identidade social do trabalhador socialmente identificado como “operário” foram contrapostos estigmas negativos e positivos, reputados aos trabalhadores europeus, e aqueles que

¹² Para oferecer uma ideia clara desta forma de abordar o problema, recorro a forma as palavras de Ronaldo Pereira de Jesus: “pode se vislumbrar o fenômeno associativo entendido como resultado das práticas de “solidariedades horizontais”, analisadas historicamente como experiência de ação cotidiana e cultural, sustentadas originalmente por homens e mulheres, no contexto econômico, social, político e ideológico da sociedade monárquica escravista, em um período histórico específico, caracterizado como de crise da hegemonia política e cultural dos mecanismos de dominação da ideologia senhorial (pós-1871)”. Cf. Ronaldo Pereira de. *Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889)*. Locus: Revista de História. Juiz de Fora, v. 13 n. 1. Jan. – jun. 2007, p. 151.

¹³ Para analisar as formas com as quais os trabalhadores portugueses reagiram à proletarização e, mais especificamente, a “evolução da consciência da classe operária, em particular as suas atitudes em face do progresso tecnológico”; e, também, como reagiram à introdução da maquinaria, Maria Filomena Mónica escolheu o caso dos chapeleiros. Em suas palavras, “um grupo profissional idealmente colocado para uma análise do comportamento da “aristocracia operária” na conjuntura do Portugal oitocentista”. Ver MÓNICA, Maria Filomena. *Uma Aristocracia Operária: os Chapeleiros (1814-1914)*. *Análise Social*. V. XV, n. 60, 1980, p. 865-866.



teimavam em marcar negativamente as experiências vividas pelos trabalhadores africanos e seus descendentes – os efeitos do xenofobismo e do racismo nas relações sociais de trabalho que tiveram lugar no Rio de Janeiro no período entre 1870 e 1888 foram transformados em objeto de pesquisa. Já tinha reunido alguns indícios que configuravam a existência do problema. Na regularidade com que à época eram estampados nas páginas dos periódicos que circulavam pela capital do Império matérias que ora enaltecia o braço imigrante, ora o do nacional livre, ora o trabalho escravo (em raros casos o trabalhador escravizado), ora detratava os mesmos. O que ora exponho é o resultado de uma investigação que avaliou a forma como as concepções sobre o trabalho e sobre o tipo de trabalhador capaz de representar uma Classe interferiram nas relações de trabalho envolvendo os trabalhadores envolvidos no ramo da chapelaria, quiçá as conclusões possam ser estendidas ao conjunto dos trabalhadores fluminense.

Quadro I - Demonstrativo da população do Rio de Janeiro em 1872, em relação à condição, à nacionalidade e ao sexo

Sexo/Condição	Livres		Escravos		Totais
	Nacionais	Estrangeiros	Africanos	Crioulos	
Homens	77876	56004	6877	18009	158766
Mulheres	74851	17302	4096	19957	116206
Totais	152727	73306	10973	37966	274972

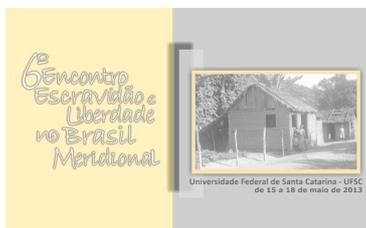
Fonte: Recenseamento da população do Município Neutro de 1872. Rio de Janeiro, 1872.

Quadro II - Demonstrativo da população livre do Rio de Janeiro em 1872, em relação à classificação racial e ao sexo

Cor/Condição	Livre		Totais
	Homens	Mulheres	
Preta	14198	14268	28466
Parda	22762	22083	44845
Branca	96255	55544	151799
Acablocado	665	258	923
Totais	133880	92153	226033

Fonte: Recenseamento da população do Município Neutro de 1872. Rio de Janeiro, 1872.

A pendenga envolvendo os artistas chapeleiros



No primeiro dia do mês de fevereiro do ano de 1877, assinaram um anúncio mandado publicar no *Jornal do Commercio* Os Artistas Chapeleiros. Tiveram por intenção tornar público um triunfo da indústria nacional devido à sua classe: fabricantes de chapéus de lebre estavam entre os expositores brasileiros premiados na exposição da Filadélfia de 1876. Esta, a primeira exposição mundial dos EUA, um dos eventos comemorativos do centenário da assinatura da Declaração de Independência Estados Unidos.¹⁴

As capitais da Inglaterra, da França, e do então Império Austro-Húngaro já haviam sido sedes de evento similar.¹⁵ De acordo com a tese de Heloisa Maria Silveira Barbuy, tais eventos, as chamadas exposições universais – de natureza industrial – representaram estratégias do projeto capitalista que se pretendia mundial.¹⁶ Tratou-se de “um veículo para instruir (ou industrializar) as massas sobre os novos padrões da sociedade industrial (um dever-ser de ordem social)”, ainda nas palavras de estudiosa do tema.¹⁷ A primeira Expo – como também foram chamadas as exposições mundiais daquele período – foi realizada no Palácio de Cristal, em Hyde Park, Londres, Reino Unido, em 1851, sob o título de *Grande Exposição dos Trabalhos da Indústria de Todas as Nações*. Foi uma ideia do Príncipe Albert, marido da Rainha Victoria, e foi a primeira exposição internacional de produtos manufaturados

A exposição na Filadélfia seria a primeira na qual o Brasil exibiria um pavilhão próprio. Um número de 30.864 expositores compareceu ao evento. Representando o Brasil, 436 deles. Ainda que devêssemos dar dimensões tímidas à participação brasileira nestes eventos, se em diálogo com a tese de Barbuy a entendermos no âmbito de um projeto dos grupos dominantes que não excluía de suas periferias as promissoras regiões produtoras de matérias-primas, a partir dela temos as primeiras evidências sobre a participação dos manufaturados de produção brasileira e, no limite, de trabalhadores nacionais nas dinâmicas das anotadas transformações que vinham ocorrendo no mundo do trabalho fora do território imperial brasileiro. De maneira que, temos oportunidade de destacar um evento histórico específico, de importância crescente na conjuntura global da segunda metade do século XIX, mas num contexto transatlântico: a possibilidade de conexões entre os trabalhadores de

¹⁴ Cf. anúncio no *Jornal do Commercio* no dia 01/02/1877, com o título “Os artistas Chapeleiros”.

¹⁵ A cidade de Londres sediou as duas primeiras edições, em 1851 e 1862; em 1867 seria o ano da cidade de Paris, e em Viena o evento ocorreu em 1873.

¹⁶ BARBUY, Heloisa Maria Silveira. *O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na exposição universal*. Anais do Museu Paulista (Impresso), São Paulo, v. 4, 1996, p. 211-261.

¹⁷ BARBUY, Heloisa Maria Silveira. *A Exposição Universal de 1889: visão e representação na sociedade industrial*. São Paulo, 1995, 170p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História/Universidade de São Paulo.



diferentes nacionalidades. O que torna ainda mais complexo e instigante um discurso fundado na possível aversão a uma identidade não nacional, tendo em vista a possibilidade de compartilhamento de algumas ideias gerais e do censo crítico nelas fundado.

Inicialmente, foram para estes aspectos e dimensões da dinâmica das transformações do período que o anúncio publicado a pedidos chamou a atenção quando da sua leitura. Todavia, como o seu conteúdo intera uma análise contextual que não pode ser levada a cabo sem que se explorem diferentes aspectos do problema, primeiramente, tenho uma questão mais específica a ser examinada. Afinal, não obstante a desvalorização do trabalhador nacional e o protagonismo histórico dado aos operários europeus no mundo do trabalho industrial no Brasil nos anos finais dos oitocentos, como se exporá, a narrativa denunciou ter sido o manufaturado fabricado pelos primeiros que representaram a nação nesta ocasião. Desta forma, ainda que trabalhadores nacionais não compusessem aquele contingente de 436 fabricantes expositores que efetivamente participaram do evento mundial – o que não é de todo improvável –, tiveram, na ocasião, reconhecida a perícia de sua arte! Nas palavras do articulista, referindo-se à produção de chapéus, a indústria brasileira teria alcançado “nesse certame da inteligência e do trabalho o triunfo mais brilhante que podiam almeja”. “A pátria de Washington e de Lincoln também sabe fazer justiça ao mérito!”, complementaria.

Para além da excepcionalidade da informação recuperada com a leitura da fonte, no discurso com indicativos de ter sido produzido por artistas chapeleiros nacional, narrado na matéria, fica evidente a intenção de desagravo em relação ao proprietário de um famoso e premiado estabelecimento do ramo de chapelaria cujo proprietário vinha empregando e valorizando a mão de obra, “os braços inteligentes”, de chapeleiros franceses.¹⁸ Fato que parece ter sido a principal motivação para a publicação da matéria na folha fluminense. O que significa que o discurso pode mesmo ser interpretado como resultante de uma disputa envolvendo trabalhadores nacionais e estrangeiros. O desafeto em questão era o proprietário do primeiro e mais importante estabelecimento de montaria de chapéus do Rio de Janeiro, o Sr. J. Álvaro d’Armada.

Outras fontes para o período registraram a importância do estabelecimento dos Armadas para o ramo de chapelaria no Brasil. Em 1866, o Armada & Guimarães é listado no Relatório da Segunda Exposição Nacional como estabelecimento produtor de chapéus de pelúcia e de fantasia. À época empregava 15 operários.¹⁹ A Dart & C. é registrada no Almanaque administrativo Mercantil do Rio

¹⁸ Anota sobre discursos de desqualificação do trabalhador nacional e sobre operários europeus.

¹⁹ *Relatório da Segunda Exposição Nacional de 1866*. Vol. II, p. 62, citado em *Relatório apresentado á S. Ex. Sr. Ministro da Fazenda pela Comissão de Inquerito Industrial*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1882, p. 68.



de Janeiro como fábrica de Chapéus dos sucessores de Joaquim Álvaro d'Armada & C. Situava-se na rua São José n. 75/85/87 e na rua da Ajuda n. 1. No registro d'O Auxiliador da Indústria Nacional este estabelecimento é descrito como a fábrica de chapéus mais importante da América do Sul. Dedicava-se não só à fabricação, mas, também, a importação dos produtos e de trabalhadores franceses para a sua fabricação. Temos então, neste último registro anotado, evidências que sustentam o motivo do antagonismo expresso na matéria jornalística em análise.²⁰

O registrado em todas estas fontes confirma o que se lê no anúncio. O chapeleiro tinha mesmo fama nos círculos industriais. Não somente a sua pujança, mas, sobretudo o seu critério de escolha de trabalhadores parece que incomodava aos artistas chapeleiros nacionais: ele tinha por hábito importar trabalhadores franceses para empregar em sua fábrica. Não consegui identificar a nacionalidade do senhor Joaquim, mas não resta dúvida que seu comportamento fabril era um estorvo nas relações de trabalho envolvendo os trabalhadores nacionais ocupados no ramo da chapelaria. Ainda que num tom nitidamente irônico, por fazer referências a citações que aludiam as suas qualidades do concorrente, Armada é descrito na fonte como o “descobridor” do segredo para fabricação de chapéus de paina e de palmeira turury, o futuro e “único fabricante de chapéus de lã do país, etc., etc.”; também como *Chapeleiro da Casa Imperial e de SS AA*. Como se vê, reconhecidamente um rival de peso. Entretanto, em 1876, *lemos e releemos aquela lista de premiados e não vimos o nome do proprietário*, escarneciam os signatários da matéria publicada, membros das *classes dos chapeleiros montadores*.²¹

Ainda que, no âmbito de uma análise do processo que formava tanto um mercado de trabalho livre e assalariado quanto a sua classe de trabalhadores nos limites urbanos do Rio de Janeiro nas décadas finais dos oitocentos, pesquisássemos sobre a importância da agência dos africanos e crioulos – escravizados, libertos e livres –, e os lugares sociais por eles ocupados e/ou os que lhes foram reservados, o documento seduziu por deixar entrever na conjuntura em estudo conflitos gerais e específicos envolvendo disputas intraclassista que valia a pena uma aproximação e exposição. Sobretudo por conta de suspeitas de que os protagonistas do meu estudo principal, que seguramente concorriam naquele mercado de trabalho local, podiam estar, também, nelas participando. Isto tendo em vista que, no histórico da composição social dos que se ocupavam com a fabricação de chapéus,

²⁰ O estabelecimento teria recebido pelo menos três prêmios nacionais (nos anos de 1873, 1875 e 1876), e três internacionais; dentre eles um na Exposição Mundial de Viena em 1873, um outro na mesma capital Austríaca em 1876 e outro no Chile, em 1877. Ver Almanak administrativo Mercantil do Rio de Janeiro, 1891 / 1940, p. 141, e O Auxiliador da Indústria Nacional – 1833 a 1896, in e Memória.bn.br PR_SOR_00100_302295.

²¹ Tudo conforme o que se ler no referido anúncio publicado no *Jornal do Commercio* no dia 01/02/1877, com o título “Os artistas Chapeleiros”.



pelo menos no Rio de Janeiro ao longo da segunda metade do século XIX, consta centenas de trabalhadores escravizados (vide quadro III). O que significa dizer que, para além de fornecer pistas sobre processos de formação de uma identidade nacional entre os trabalhadores especializados no ramo da chapelaria, contextualizado, o conteúdo do anúncio também sugeria reflexões sobre construção de hierarquias sociais e raciais nas relações de trabalho daquela categoria profissional. Para este tipo de reflexão, certamente, irei bem além do conteúdo daquela matéria publicada no *Jornal do Commercio* naquele primeiro dia do mês de fevereiro do ano de 1877.

Na verdade, no limite, a análise conjuntural da evidência desse aspecto do conflito colabora no que tenho como horizonte de pesquisa: analisar a evolução da participação do trabalhador negro no contexto das mudanças nas relações de trabalho no Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX. De modo que, admito, o interesse naquela informação coletada no anúncio foi deflagrado não somente a partir da análise inicial do discurso daquele documento, mas da de um padrão discursivo observado no cotejado em um conjunto de matérias publicadas naquele período, sobretudo nas páginas do *Jornal do Commercio*, que venho utilizando sistematicamente no desenvolvimento dos argumentos de minha tese de doutoramento. Examinando criticamente este material disponível, venho percebendo que, malgrado virmos, nas mais recentes análises históricas, ratificando a importância da agência de escravizados, libertos e livres de cor na conformação de um mercado de trabalho livre e assalariado nas últimas décadas do Oitocentos – conforme exposto em diversos trabalhos historiográficos –, ainda é necessário tornar clara a maneira pela qual as lutas sociais levadas a cabo por eles foram marcadas por disputas que envolveram específicas noções e tipos de aversões e preconceitos cujo entrecruzamento e ambiguidades precisaram se organizar para dar forma a tal processo. Talvez o espaço deste artigo seja insuficiente para tal reflexão, mas já terá sido satisfatório o fato de poder utilizá-lo para chamar a atenção para este aspecto do problema.

O trabalho, o trabalhador, e a coletivização de suas lutas no Rio de Janeiro

Das matérias publicadas nas folhas fluminense úteis à minha análise, destacam-se as que trazem as noções que à época circulavam sobre o trabalho e sobre o trabalhador. Sumariarei algumas para evidenciar a legitimidade de específicos argumentos. Nesta perspectiva, mormente para registrar a importância que assumia na gramática social do período o conceito de “trabalho”, transcrevo o fragmento de uma matéria mandada publicar no *Jornal do Commercio* no dia 01 de janeiro de 1873: “Existe na filosofia das línguas, como na das ciências, uma palavra que resume em si uma



enciclopédia de tudo o que há de mais sublime e honorífico no laboratório físico e moral das sociedades – é o trabalho”.²²

O aforismo chama atenção principalmente por circular naquela sociedade em tempos de escravidão. Como o sabemos, não obstante ser uma categoria organizadora das relações sociais desde os tempos mais remotos, somente na conjuntura que se estrutura com o advento das ideologias liberais e do capitalismo é que o trabalho se torna um elemento valoroso e fundante de um mundo. No histórico da evolução do conceito – sobretudo na História das Grandes Civilizações Ocidentais – constam as etapas em que ele significou sofrimento e punição. Parece que, no caso da experiência da sociedade brasileira, foi somente na segunda metade do século XIX – quando ela ainda era uma sociedade escravista e aquelas noções ainda não eram reminiscências – que as estruturas surgidas com a disseminação e a apropriação das ideias liberais, e com os efeitos de sentido produzidos pelos fundamentos de um sistema econômico nelas baseado, permitiram que um mundo com aquela organicidade começasse a se erigir. Contrapondo valores e visões de um mundo ainda vigente. Ao fim e ao cabo, para a constituição desse novo mundo – de domínio do trabalho, livre e assalariado – tanto o conceito de trabalho quanto o de trabalhador tiveram revistas as funções sociais de suas categorias.

Nenhuma das considerações acima vem de encontro ao argumento aqui já defendido de que, na sociedade em escrutínio, os indivíduos que experimentavam o outro sistema de organização e domínio – o mundo do trabalho escravo – e/ou os dele egressos participaram ativamente na superação desse e na constituição daquele mundo. Anotei porque elas são importantes para contextualizar o ambiente do tema que venho abordando. Constituem o seu pano de fundo. Para que se possa observá-la no cenário principal, o das relações sociais, transcrevo uma matéria veiculada nas folhas do periódico *Diário de Notícias*, no dia 11 de agosto de 1870, que de forma muito peculiar aborda a evolução do conceito de trabalho. Fazia parte de uma série de matérias publicadas com certa regularidade numa seção chamada “Lições ao Povo”. O título da matéria em questão: O Trabalho.

É tão simples em sua acepção e vulgar a palavra trabalho quanto complexa a sua significação real, pois encerra toda a economia das sociedades humanas. O trabalho não é só um instinto, é um destino. No estado primitivo o homem achou-se só com o seu braço para dele viver, e com sua inteligência para mais utilmente dirigir o emprego de seu braço. A satisfação das suas necessidades foi subordinada à ação das suas atividades. Nas primeiras idades cuidou só de viver; pois quando se viu já cercado da abundância criada pelo trabalho, quer fosse o seu, isoladamente, quer o acumulado pelos seus ancestrais, tratou-se de “viver bem”. D’aqui o progresso d’aqui a civilização. Não nos é dado a esboçar a historia do trabalho. No decurso dos séculos ele atravessou com o homem o estado da escravidão e de monopólio para ir a pouco e pouco se libertando até chegar ao ponto de

²² Cf. anuncio publicado no *Jornal do Commercio* no dia 01/01/1873.



emancipação que hoje o vemos, que não é por certo o ainda o seu último esplendor. A sua marcha é a da vida e da dignidade. Liberta o trabalho, por que o campo dele só atingirá a sua plena fecundidade quando se vir desafrentado do parasitismo. Chama-se trabalho todo o labor, quer incorpóreo ou insuscetível de troca, uma vez que representa um serviço, uma utilidade, e acabe por um salário. É trabalho a receita do médico, a lição do professor, o canto de um artista, a sentença de um juiz, a oração de um advogado, as lucubrações de um literato, do jornalista, do publicista, etc.

Como se lê, valorativamente, qualquer tipo de trabalho dignificaria o Homem. No ponto de emancipação que se encontrava naquela época (que não era ainda o seu último esplendor), permitir-lhe-ia marchar para a vida e para a dignidade. “Cercado da abundância criada pelo trabalho” tal homem pôde submeter às suas necessidades à ação da sua atividade; tratar de “viver bem”. E isto tinha o sentido de progresso, de civilização. De acordo com a narrativa, libertar o trabalho significava livrá-lo do parasitismo. Finalizando, mas não esgotando, a exposição dos conteúdos da nova versão do conceito, o salário é destacado, por colocar termo na relação (*e acabe por um salário*, se prega da conclusão de todo os ciclos de labor). Pode ser este o elemento que torna possível pensar o trabalho como uma ação e o Homem como um mediador na relação que estabelece com um mundo onde se prioriza o econômico. O que pode fazer sentido, sobretudo porque, o deslocamento conceitual que se buscava ensinar ao “povo” com aquela “lição”, que se estampava naquela página do jornal, surge no âmbito de um discurso que fazia apologia ao acúmulo de riqueza e designa o trabalho como o elemento que tem por função de constituí-la. O que passa a ser válido para todos os seguimentos sociais.

Se não chegou haver disputa em torno desta noção, o cerne da questão se assenta, portanto, sob o conceito de trabalhador. Afinal, sendo o trabalho uma atividade – a fundante da humanidade na concepção de Karl Marx²³ – subsiste definir aquele que o executa na perspectiva e nos limites doravante assumidos pelo termo. Ademais, juntamente com as novidades referente ao conteúdo da noção de trabalho, pensou-se numa série de propriedades que designaria o “trabalhador”. Ou seja, o protagonista de uma relação dignificante e valorosa. Obviamente, nem todos os homens e mulheres teriam os atributos necessários. O que chega ser uma contradição, e não só na escravista sociedade brasileira oitocentista. Afinal, como poderia uma considerável maioria de indivíduos ativos ocupados em diferentes atividades laborais não serem classificados como trabalhadores? E como poderia o trabalho não dignificar a todos os trabalhadores?

Na verdade, no Brasil, a engenharia política formadora de uma estrutura social que garantisse esse fenômeno é bem conhecida. A começar pela estratégia de enquadrar na categoria de “não

²³ Ver KARL, Marx. *O Capital: crítica da economia política*. Livro primeiro – O processo de produção do capital: Civilização Brasileira, vol. 1, 1968.



trabalhadores” os vadios, os vagabundos, os indolentes e os preguiçosos; pela “desclassificação social” de muitos, portanto. Passando pela de dotar o conceito, fundado no interior de um projeto político-econômico mais amplo – que pretendia submeter o trabalho e os trabalhadores a uma legislação que lhes fosse específica²⁴ –, de certas disposições morais ou intelectuais. E, por último, criminalizando as condutas julgadas impróprias a um trabalhador²⁵. Assim, produzir-se-ia este último. Um indivíduo morigerado. O homem ou a mulher que, para além de suas habilidades manuais ou de sua reconhecida capacidade intelectual, tivesse bons costumes, uma vida exemplar. E os bons costumes não eram outros senão aqueles ditados pela ética do capitalismo.

Como insinuado no parágrafo inicial deste texto, o que se seguiu a toda esta engenharia social foi a efetivação de uma política, orientada por medidas legislativas voltadas para a disciplinarização e controle do conjunto das categorias de trabalhadores e, principalmente, dos não trabalhadores. Foi sugerido, também, terem todos, a suas maneiras, buscado medidas alternativas de reagirem a tais políticas de enquadramento social. Não só por conta do combate a tais políticas de domínio e controle, mas principalmente porque a conjuntura que se estruturava trazia novas possibilidades de relações sociais e econômicas com benefícios e prejuízos perfeitamente calculáveis pelos trabalhadores. De modo que, por exemplo, a perda da liberdade de se estabelecer o seu próprio ritmo de trabalho e da condição de possibilidade de interferir nas diversas etapas do processo de trabalho, foram fatores que permitiram que se fizessem as contas e se concluísse pela coletivização das lutas.

Disto temos exemplo concreto no Rio de Janeiro. Ali, os artesãos especializados, portadores de um ofício “respeitável” – os primeiros a serem admitidos neste novo mundo do trabalho –, os “artistas” como se autoidentificavam, projetariam com os “operários” (os trabalhadores industriais e fabris) as primeiras ideias de horizontalização de interesse em termos classista. Juntos, em 1870, fundariam a Liga Operária. Uma associação mutual com perfil multiprofissional, que chegou a reunir 1.500 associados. Composta por nacionais e estrangeiros, organizava-se em torno de objetivos tais como “igualdade e fraternidade”, não obstante lutar pelo aumento de salários e pela diminuição das horas de trabalho.²⁶ O que denota o domínio de específicos de códigos culturais disponíveis á época. De acordo com Marcelo Badaró Mattos, a Liga não aceitava sócios que não fossem trabalhadores

²⁴ Vide nota n. 2.

²⁵ Os capítulos XII e XII do Código Penal de 1890 (que tratou, respectivamente, dos mendigos e ébrios e dos vadios e capoeiras), estabeleceu penas com prisão para os que fossem pegos na mendicância, para os ébrios habituais, capoeiras e vadios. E seria considerado vadio, sobretudo, aqueles que deixassem de “exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida”. Cf. o texto da dita lei.

²⁶ Cf. BATALHA, *Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX*, p. 55-56.



(artistas ou operários).²⁷ O que excluía de suas lutas uma gama de homens e mulheres que se ocupavam em diversos ramos de atividade na capital imperial.

Voltando a nossa discussão principal – antes que eu perca o fio à meada da narrativa. Pelo que se pode interpretar daquela realidade, no estágio da evolução em que se encontrava o problema esse tipo de orientação política para a sua resolução não satisfaz a um grupo tão heterogêneo. Para uma boa parte daqueles indivíduos era ainda impossível colocar em prática o padrão de sociabilidade capitalista; imaginar laços ou vínculos recíprocos com pessoas que, talvez, considerassem de outra natureza, ainda que com eles compartilhassem experiências de trabalho e de vida. No limite, e com mais frequência, solidarizavam-se com companheiro (as) com as mesmas habilidades, condições sociais, da mesma nacionalidade etc. Quiçá por compartilharem uma cultura capaz de tornar isso possível.²⁸

Desde algumas abordagens históricas sobre o Rio de Janeiro urbano nas últimas décadas da escravidão, não é difícil visualizarmos – ou imaginarmos imagens sobre – algumas dimensões das relações sociais de trabalho naquela conjuntura, sobretudo do ponto de vista dos trabalhadores. As imagens são de milhares de homens e mulheres sujeitos ao trabalho escravo atuando nos mais diversos setores produtivos, incluindo aqueles em que se exigia especial qualificação; de libertos procurando sobreviver no mundo dos livres, em muitos casos sem os necessários recursos; de homens brancos – e também os “de cor” nascidos livres – (os trabalhadores nacionais) sendo iniciados no processo de proletarização – sobretudo pela impossibilidade de manter a propriedade escrava; imigrantes chegando na cidade em busca de chances, empenhados em superar barreiras culturais e nas disputas com o conjunto daqueles pelas oportunidades de trabalho então disponíveis. Mais do que um verdadeiro “espetáculo das raças” – tendo em vista o processo de miscigenação para qual chamou a nossa atenção Lilia Moritz Schwarcz²⁹ – havia naquele cenário uma competição claramente deflagrada entre as identidades raciais e nacionais. E os discursos ideológicos fazendo

²⁷ Ver MATTOS, Marcelo Badaró, *Trajetória entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro*. Revista Mundos do Trabalho, vol.1, n. 1, janeiro-junho de 2009, p.57.

²⁸ Dos 177 registros de associações beneficentes em funcionamento no Rio de Janeiro entre os anos 1860 e 1887, localizado por Ronaldo Pereira de Jesus, o referente às de classe (que reuniam vários ofícios) foi o mais sub-representado (além do registro da Liga Operária, foi anotado o da Sociedade União, Trabalho e Moralidade e o do Corpo Coletivo União Operária). Perdeu até mesmo para as associações criadas pelos libertos (com cinco ocorrências). O tipo de associações mais criadas, sobretudo nos anos 1870, foram as de imigrantes, as mutuais e as de ofícios, ou categoria profissional, respectivamente. Cf. JESUS, Ronaldo Pereira de. *Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889)*. Locust: Revista de História. Juiz de Fora, v. 13 n. 1. Jan. – jun. 2007, gráfico III, p. 154.

²⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espectáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870- 1930)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.



apologia ou detraindo um grupo ou outro, provavelmente, foram decisivos para a complexidade do problema.

Porque aquela era uma época que se imputava inferioridade inata aos negros e aos mestiços, estes últimos considerados degenerados. Enquanto que os brancos eram percebidos como membros de uma “raça mais forte”, e, no Brasil, os imigrantes europeus eram tidos como agentes exclusivos de purificação étnica.³⁰ É difícil deixar de imaginar que os efeitos de sentido dos discursos que defendiam tais e quais argumentos tenham interferido na identificação ou na autoidentificação dos nacionais – e dos escravizados e libertos – como “trabalhadores”, nos termos desta abordagem. O que, na verdade, pode ser confirmado tanto na predileção por estrangeiros demonstrada pelo senhor Armada, que teria sido um dos principais motivos da contrariedade dos artistas nacionais dedicados à arte da chapelaria, que disputavam com os operários estrangeiros tal status, quanto na atitude dos próprios Artistas Chapeleiros, que usaram o periódico fluminense justamente para tornar clara esta contrariedade. Tudo segundo esta análise. Afinal, parece já ter ficado claro que, no contexto em análise, aqueles eram os anos de afirmação da identidade de “trabalhador”, daí a importância da justiça que se fez ao mérito dos artistas chapeleiros nacional em um contexto transnacional, e disto aqueles homens tinham plena consciência.

A produção de chapéus no Brasil e no Rio de Janeiro e os escravizados e livres, nacionais e estrangeiros empregados no ramo da chapelaria

No Brasil, nos tempos da pesquisa realizada para este trabalho, a classe dos chapeleiros, era sub-representada no âmbito da produção manufatureira nacional. Todavia, temos indícios de que a chapelaria foi um dos ramos de atividades industriais mais promissores quando do início dos investimentos neste setor produtivo. Temos, portanto, mais um fator de importância para a nossa reflexão colaborando para o desenvolvimento dos meus argumentos. Tudo indica que o setor de fabricação de chapéus foi um dos que mais sofrera com a concorrência dos produtos estrangeiros. De acordo com a análise de Artur José Renda Vitorino,

A produção manufatureira nacional de chapéus também sofreu uma intensa concorrência de produtos importados. No início da década de 1870, a introdução no país de chapéus de lã alemães e ingleses colocou em dificuldades financeiras muitas manufaturas chapeleiras aqui instaladas. Como esses chapéus importados

³⁰ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 75.



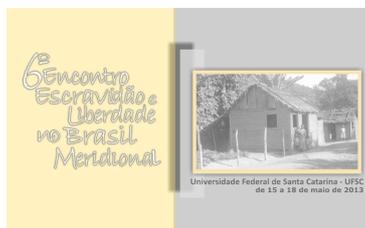
chegavam aqui com preços mais baratos do que os similares nacionais e ainda possuíam a mesma aparência e elegância dos chapéus feitos com pelo de lebre, o seu consumo cresceu enormemente.³¹

De acordo com os dados da pesquisa de Vitorino, em 1885 havia 82 fábricas ou oficinas que se dedicavam a este tipo de produção em funcionamento no Rio de Janeiro, todas criadas no século em questão. No *Relatório da Segunda Exposição Nacional* de 1866, são registradas as principais delas. Em número total de 21 estabelecimentos, responsáveis pelo emprego de 458 operários. Uma década depois, ainda segundo a análise de Vitorino, “várias manufaturas chapeleiras fecharam suas portas”. Por ocasião da primeira exposição mundial dos EUA, entre 1876 e 1877, o número dos estabelecimentos havia se reduzido a 17. Destas, 15 executavam todas as etapas da produção de chapéus de lebre, castor, e similares. As outras duas, dedicavam-se à fabricação de chapéus, no que se incluía a pertencente ao senhor Joaquim Álvaro de Armada. Todos os estabelecimentos havia reduzido drasticamente o pessoal que antes empregavam. Uma das possíveis explicações para a crise na produção nacional de chapéus era a política aduaneira, cujos direitos incentivavam a importação de produtos estrangeiros, estabelecendo assim uma concorrência em preços com os chapéus nacionais, sobretudo com a indústria nacional de chapéus de seda e de castor. Voltarei a este assunto, na conclusão deste texto abordando o ponto de vista do senhor Armada.

Tratarei antes da composição social dos empregados no ramo da chapelaria no Rio de Janeiro. Ramo que, conforme o já anotado, destacou-se dentre as manufaturas em funcionamento na cidade com o número conhecido de operários empregados em um período pouco anterior ao estudado. Os dados constam na análise de Luiz Carlos Soares. Nas décadas de 1840 e de 1850, este ramo de atividade era o de nove entre 20 estabelecimentos identificados pelo pesquisador. Já nos anos de 1856 e 1857, representava, respectivamente, 15 dos 39 e 9 dos 34 das manufaturas por ele listadas em seu estudo sobre *os filhos de Cam na capital do Brasil*. Assim como nos outros ramos de atividades manufatureiras examinados, verificou-se diversificada a composição social dos trabalhadores na produção de chapéus no período. Servir-me daqueles dados para compor o quadro abaixo.³²

³¹ Vitorino, Artur José Renda. *Derrapagem do Take-Off: Cercamento à Brasileira na Capital do Império Brasileiro*. Anos 90, Porto Alegre, v. 17, n. 32, dez. 2010, p. 302.

³² Na tabela indicando as manufaturas do Rio de Janeiro com números conhecidos de operários empregados, referente às décadas de 1840/1850, Luiz Carlos Soares lista nove diferentes ramos de atividades manufatureiras: vidro (2), papel (2), sabão (1), sabão e velas (1), tapete e oleados (1), couros (1), asfalto (1), têxtil (2) e chapéus (9). Na construída para o ano de 1857, são listados 10 diferentes setores produtivos: chapéus (15), cervejaria (1), Cordoaria (1), couros, tapetes e oleados (1), couros de marroquins (1), metarlugia de ouro e prata (1), galões e fitas (1), rapé (6), sabão (5), sabão e velas (5), vinagre (1), e vidros (1). Outros 10 são registrados para o ano de 1857: cerveja (1), cordoaria (2), chapéus (9), fundição e máquinas (2), metarlugia de ouro e prata (1), gás (1), rapé (5), galões e fitas (1), vinagre (1), e sabão e velas



Quadro III – Demonstrativo do número conhecido de trabalhadores em manufaturas no Rio de Janeiro identificados por condição jurídica

Ano	1840-1850		1856		1857	
Ramo/condição	Livres	Escravos	Livres	Escravos	Livres	Escravos
Diversos	156	142	190	367	608	322
De Chapéus	170	125	322	160	231	129
Total	326	267	512	527	839	451

Fontes: ANRJ – *Junta de comércio, agricultura, fábricas e navegação: documentação relativa às fábricas: 1840-1850; Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Legislativa*; Marquês do PARANÁ – *Proposta e relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário d’Estado dos Negócios da Fazenda*, Tabela n. 62. Rio de Janeiro, 1856; João Maurício WANDERLEY – *Proposta e relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário d’Estado dos Negócios da Fazenda*, Tabela n. 68. Rio de Janeiro, 1857, apud: Luiz Carlos SOARES, *O “Povo de Cam” na capital do Brasil*, anexos, pp.427-431.

No limite, estes dados representam outra evidência concreta do compartilhamento dos espaços produtivos por escravizados e livres na produção fluminense. O critério utilizado na elaboração do quadro pretendeu destacar o ramo da chapelaria dos demais. Mas isto não se deu por que a população de escravizados era sobrerrepresentada no ramo da chapelaria, mas sim por este se destacar numericamente entre os outros setores produtivos cujos registros de seus empregados operários foram recuperados para os períodos analisados.³³

Ainda assim o número auferido de escravizados atuando nos diversos setores produtivos é no mínimo interessante. Com relação ao registrado para os anos de 1840 e 1850, foi conhecido o número de 725 operários atuando em manufaturas. Apenas em 132 dos registros não constava a condição do trabalhador. Dos 593 cuja condição jurídica foi identificada, 45% (267) eram escravos. Se nos ativermos somente aos trabalhadores do setor chapeleiro, o percentual sofre uma ligeira queda, aproximadamente 43% (125 do total de 295). A participação cativa é ainda mais expressiva em 1856. Dos 1.039 operários empregados identificados 527, quase 51%, a maioria, portanto, era de cativos. Dos 512 livres, 359 eram estrangeiros e 153 brasileiros. Embora sem distinção de condição ou nacionalidade, foi anotado o número de mulheres empregadas nas manufaturas pesquisadas referentes aquele ano: 51 operárias. Chapeleiras eram 42.

Mas detalhados são os dados sobre a composição social das manufaturas para o ano de 1857. Num total de 1.290 operários empregados em diversos ramos de atividades – que neste ano Soares inclui também os setores de fundição e máquina e o de gás –, 451 (35%) eram escravos. Na tabela

(11). Ver Luiz Carlos SOARES, *O “Povo de Cam” na capital do Brasil*. A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: FAPERJ - Editora 7Letras, 2007 anexos, pp.427-431.

³³ Se bem que para o ano de 1857 o número de estabelecimentos que se dedicavam à fabricação de sabão e vela superou o de chapéus: 11 estabelecimentos com 274 empregados. Entretanto, o número de empregados no ramo de chapéus era superior: 360 operários.



deste ano aparecem 15 escravas operárias, cinco chapeleiras. A tabela traz como novidade o quantitativo de estrangeiros, superando o de escravos. Foi anotado o número total de 634 (49%) operários de diferentes nacionalidades.³⁴ Apenas duas mulheres estrangeiras são listadas, elas estavam empregadas na fábrica de chapéus Pierre Desray. Já os operários nacionais eram em números de 205, 173 homens e 32 mulheres. Novamente o ramo da chapelaria se destaca no aproveitamento da mão de obra feminina do período, 22 das operárias brasileiras identificadas atuavam neste setor.

Todavia, como já chamamos a atenção, algo mudara na produção de chapéus ao longo dos anos 1860 e 1870. Ademais, temos evidências ao confrontarmos as tabelas dessa fonte secundária que vemos explorando com as de uma documentação produzida naquele período: o Censo de 1872. Obviamente, consciente dos limites das comparações. Uma vez que cada uma das tabelas produzidas por Luiz Carlos Soares, com objetivos específicos, deu a conhecer tão somente os números por ele apreciados de operários empregados em uma dezena de estabelecimento manufatureiros. Enquanto que os números recenseados por nossos colaboradores contemporâneos ao nosso problema de pesquisa, teoricamente e em termos absolutos, são representativos do conjunto da população empregada em todos os setores manufatureiros, comerciais e industriais em funcionamento no então Município Neutro.

Quiçá, exatamente por esta diferença de perspectivas, mas do que a de natureza das fontes, as comparações entre os números a que se chegaram ambas as análises, em relação à participação dos empregados no ramo de chapéus e o de sua composição social, sejam ainda mais significativos para os argumentos em desenvolvimento. Por sinalizar diversificação na produção industrial fluminense no período; por indicar a dificuldade daqueles empregados tradicionalmente nos setores que exigiam mão de obra especializada serem socialmente percebidos como operários, ou “trabalhadores” nos termos abordados no início deste artigo; e, sobretudo por evidenciar a importância da reconstituição das referências sobre o desenvolvimento do ramo da chapelaria e da trajetória da sua composição social para responder questões relativas as motivações daquele anúncio publicado no jornal do comércio naquele primeiro dia do mês de fevereiro de 1877.

De acordo com o apurado pelos recenseadores nos meses que antecederam a divulgação do mais importante Censo populacional do século XIX, apenas 498 operários atuavam no ramo de

³⁴ Talvez seja importante resaltar que, em relação à absorção de mãos de obra estrangeira nos ramos manufatureiros analisados, só supera o dos chapéus o setor de produção de gás, que aparece como novidade na listagem de 1857, empregando 376 operários homens: 73 nacionais, 233 estrangeiros e 70 escravos.



chapelaria, em todo o Município Neutro. Os estrangeiros ainda era a maioria, 320 (64%) operários; brasileiros 144 (29%). Pouco expressivo era a esta altura o contingente de escravizados chapeleiros: 34 (9%) trabalhadores homens.

Como se vê, fiz uma sumária reconstituição que acusa o decréscimo da participação dos escravizados neste setor produtivo que corrobora narrativas sobre o desaparecimento da população negra no contingente formador da classe trabalhadora operária no Rio de Janeiro. Malgrado a maioria delas não se aproxime concretamente do problema. Não há mais espaço neste artigo para desenvolver esta discussão, mas argumento que muitos daqueles escravos com habilidades especializadas que atuavam no Rio de Janeiro, somaram-se aos primeiros escravizados a usufruírem o direito à autoindenização inaugurado com a lei de 1871. Como pode ter sido, por exemplo, o caso de Antonio de Oliveira, o ex-escravo e líder operário, residente em Pelotas, Rio Grande do Sul, que teve sua trajetória pesquisada por Beatriz Loner.³⁵

Quadros IV – Operários empregados no Município Neutro em 1872 de acordo com a nacionalidade e condição

Ramos	Brasileiros	Estrangeiros	Escravos	Total
Canteiros, Cavouqueiros etc	243	620	65	928
Metais	1.112	1.599	276	2.987
Madeiras	2.276	2.954	690	5.920
Tecidos	4	10	----	14
Edificações	1.062	1.080	596	2.738
Couros e Peles	228	197	54	479
Tinturaria	1	7	----	8
Vestuários	865	1.422	232	2.519
Calçados	563	1.249	188	2.000
Chapéus	144	320	34	498
Totais	6.498	9.458	2.135	18.091

Fonte: Recenseamento da população do Município Neutro de 1872. Rio de Janeiro, 1872.

Não identifiquei neste período tipo algum de associação formada especialmente por artistas chapeleiros na cidade do Rio de Janeiro. Mas tenho notícias de que anos depois, na Rua General Câmara, n. 153, bem em frente à Praça General Osório funcionaria a sede da Sociedade dos Artistas

³⁵ Ver LONER, Beatriz Ana. *Antônio: de Oliveira a Baobad*. Comunicação apresentada no II Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”. Porto Alegre, 2005.



Chapeleiros.³⁶ Também que, em Pelotas, o citado ex-escravo teria fundado com alguns de seus amigos a Sociedade de Socorros Mútuos União e Fraternidade dos Operários Chapeleiros, em maio de 1886. Enquanto isto, os do Rio de Janeiro estavam ainda se organizando. Destacadamente os nacionais. Naquele momento, empenhados em embates internos à sua categoria, lançavam publicamente flechas contra os seus rivais na luta pela valorização e reconhecimento de sua arte e, fundamentalmente, na que se travava pelo controle sobre o mercado de trabalho por aqueles que nele já vinham atuando. Mais tarde, participaram ativamente até mesmo de greves operárias.³⁷ O que significa concluir, se não chegaram a formar uma “aristocracia operária” como os seus iguais em Portugal, pelo menos conseguiram as condições necessárias para o enquadramento e a participação nas lutas sociais organizadas coletivamente por trabalhadores. E aqui não excluimos nenhum dos artesãos chapeleiros que tradicionalmente atuaram neste ramo de atividade deste processo.

Considerações finais

Talvez tenhamos avançado demasiadamente na análise no último parágrafo da seção anterior, para ilustrar o caráter seu processual. Mas para de fato juntar os fios e conduzir o leitor para o desfecho da narrativa, faz-se necessário umas últimas considerações. Para a disseminação ou produção de ideologias – tais como xenofobismo e racismo – é necessário um universo de relações sociais concreta, e contraditórias. Ambos os fenômenos encontraram terrenos fecundo nas relações sociais de trabalho das últimas décadas da escravidão no Brasil. Não só por causa do rescaldo desde processo, mas pelas disputas em torno dos lugares sociais disponíveis no mundo do trabalho que lhe substituíam.

O fato de estarem envolvidas nestas disputas indivíduos de diversas identidades raciais e sociais, por si só, não explica a emergência desses tipos de fenômenos. Entender as dinâmicas internas a tais relações, por outro lado, pode ajudar no seu entendimento, por apontar os conflitos sociais que os resultaram e os que foram deles resultantes. Não obstante ser difícil identificar o sentido das alianças que tornaram possível o equilíbrio social necessário a emergência daquela relação enunciada no início deste trabalho. O problema subsiste, portanto. Ainda que a questão tenha sido, mais uma vez, trazida a tona

³⁶ Ver AZEVEDO, Francisca Lúcia Nogueira de. *Malandros desconsolados: o diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Prefeitura, 2005, p. 52.

³⁷ Idem, p. 57.



Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- AZEVEDO, Francisca Lúcia Nogueira de. *Malandros desconsolados: o diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Prefeitura, 2005.
- BARBUY, Heloisa Maria Silveira. *O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na exposição universal*. Anais do Museu Paulista (Impresso), São Paulo, v. 4, 1996, p. 211-261.
- BARBUY, Heloisa Maria Silveira. *A Exposição Universal de 1889: visão e representação na sociedade industrial*. São Paulo, 1995, 170p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História/Universidade de São Paulo.
- BATALHA, Claudio H. M. *Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da Casse Operária*. Caderno AEL, v. 6, n. 10/11, 1999, p. 41-67.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.
- _____. *Solidariedade e Liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX*. In. CUNHA, Olivia Maria Gomes da & GOMES, Flavio dos Santos, org., *Quase Cidadãos: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2007, pp.219-237.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 8º Ed. Revista e ampliada. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.
- GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense. 1986.
- HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- JESUS, Ronaldo Pereira de. *Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889)*. Locus: Revista de História. Juiz de Fora, v. 13 n. 1. Jan. – jun. 2007.
- KARL, Marx. *O Capital: crítica da economia política*. Livro primeiro – O processo de produção do capital: Civilização Brasileira, vol. 1, 1968.
- LIMA, Henrique Espada. *Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX*. In: *TOPOI*, v. 6, n. 11, jul.-dez, 2005, pp. 289-326.



_____. *Trabalho e lei para os libertos na Ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contrato entre a autonomia e a domesticidade*. Cadernos AEL, v. 14, n. 26, 2009, p. 135-177.

LONER, Beatriz Ana. *Antônio: de Oliveira a Baobad*. Comunicação apresentada no II Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”. Porto Alegre 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

_____. *Trajatória entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro*. Revista Mundos do Trabalho, vol.1, n. 1, janeiro-junho de 2009, p. 51-64.

MÓNICA, Maria Filomena. *Uma Aristocracia Operária: os Chapeleiros (1814-1914)*. Análise Social. V. XV, n. 60, 1980, p. 859-945. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223990514L3sLP8jn3Mb79ES3.pdf>; acesso em: 28 de fevereiro de 2013.

SANTOS, Lucimar Felisberto dos. *Africanos e crioulos, nacionais e estrangeiros: o mundo do trabalho no Rio de Janeiro nas décadas finais dos oitocentos*. In: CARVALHO, Mariza Soares de, e BEZERRA, Nielson Rosa. (Org.). *Escravidão Africana no Recôncavo da Guanabara Séc. XVII - XIX*. Niterói: Editora da UFF, 2011, pp. 101-129.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870- 1930)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

SOARES, Luiz Carlos *O Povo de Cam na capital do Brasil*. A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: FAPERJ - Editora 7Letras, 2007.

THOMPSON, E. P. *A formação da Classe Operária Inglesa* (4º Ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 Volumes.

VITORINO, Artur José Renda. *Derrapagem do Take-Off: Cercamento à Brasileira na Capital do Império Brasileiro*. Anos 90. Porto Alegre, v. 17, n. 32, dez. 2010, p. 283-317.